

InformAPES Urgente

Informativo da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Janeiro 2009

Atenção professor

Reajuste previsto para Julho pode ser adiado

Desde o dia 15/01, a equipe econômica vem se reunindo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para definir a programação financeira e relacionar as despesas e receitas para 2009. Entre as principais decisões está o adiamento dos reajustes previstos para os servidores federais em julho. A possibilidade de prorrogação foi antecipada pelo jornal O DIA.

Contingenciamento é a palavra-chave para definir o jogo de empurra que vem por aí. Na última semana do ano, após uma reunião com Lula, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, declarou que "o contingenciamento sai até o fim de janeiro, junto com o relatório de programação financeira para o ano de 2009". A equipe terá 30 dias para apresentar o decreto com a programação financeira para adequar as despesas às previsões de receita.

Oficialmente, o ministro Paulo Bernardo evitou antecipar qualquer decisão, mas é visível que haverá um conservadorismo nos primeiros meses deste ano.

Fonte - O Dia
12/1/2009



28º Congresso do ANDES-SN
De 10 a 15 de fevereiro em
Pelotas-RS

Resistir e avançar na defesa do
ANDES-SN,
da Universidade Pública
e nos direitos dos trabalhadores

Delegados pela APESJF
Agostinho B. Macedo B. Filho
Álvaro de Azeredo Quelhas
Ana Livia de Souza Coimbra
Dálvio Dias
Girlene Alves da Silva
Joacir Teixeira de Melo
José Astolfo Lopes de Souza
Lucas Nardelli
Márcio Antônio de Oliveira

Assembléia da APESJF

Dia 03/02, 10h
Local - sede da APESJF

Pauta:

- 1 - Temário do 28º Congresso - propostas e encaminhamentos;
- 2 - Assuntos Gerais

28º Congresso

Seminário vai discutir Carreira Docente

O GT Carreira do ANDES-SN chama a atenção dos docentes que participarão do 28º Congresso para a importância do Seminário sobre Carreira Docente, que será realizado no dia 9 de fevereiro, em Pelotas-RS. No evento, serão discutidos três tópicos: concepção de carreira docente, estrutura de carreira e avaliação de desempenho.

Alberto Elvino Franke, 2º Tesoureiro do Sindicato e um dos coordenadores do GT, diz que a urgência da discussão se impôs ainda mais depois da Lei 11.784/08,

decorrente da MP 431/08. “Essa lei não resolveu os problemas das carreiras do magistério federal. Os docentes continuam tendo vencimento básico muito baixo e, em alguns casos, a gratificação representa cerca de 75% do salário total. Além disso, ao criar as Instituições Federais de Educação Tecnológica, o governo igualou as atribuições desses professores aos do Ensino Superior, sem igualar salários ou condições de progressão. Nossa proposta é de que haja uma carreira única”, afirma. A carreira única é um dos pontos de

consenso entre o ANDES-SN e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE. Franke lembra o ANDES-SN foi excluído do GT sobre carreira instituído pelo Ministério do Planejamento, do qual participarão entidades como Andifes, CONCEFET, CONEAF e CONDETUF. Além da carreira única, ANDES-SN e SINASEFE têm consenso sobre estrutura de carreira e avaliação de desempenho. Para ambas as entidades, a carreira única deverá

estar estruturada em classes e níveis, com ingresso por concurso público e regime de trabalho de dedicação exclusiva, ou excepcionalmente em regime de 20 horas. Sobre a avaliação de desempenho, o coordenador do GT afirma: “defendemos a avaliação para progressão na carreira, desde que seja feita pelos pares, por meio de comissões, com regras gerais e específicas. E que não seja usada para a distribuição de gratificações”

Fonte - ANDES-SN

Ministério Público investiga fundação da UFMG

Promotores divulgam, nas próximas semanas, resultado de levantamento feito em contratos firmados entre a fundação e a Universidade Federal de Minas Gerais A “caixa-preta” da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), entidade privada ligada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), será aberta nas próximas semanas pelo Ministério Público Estadual (MPE). Há um mês, as contas da instituição de apoio à UFMG estão na mira de auditoria contratada pela Promotoria

de Justiça de Tutela das Fundações/ MPE. A promotora de Justiça Valma Leite da Cunha encomendou o levantamento dos contratos e convênios firmados entre as duas entidades nos últimos três anos. A previsão é de que o relatório seja concluído em 17 de fevereiro. Esse é mais um pente-fino nas contas da Fundep. A transferência de verbas da universidade à fundação de apoio foi posta à prova em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), concluída no fim do ano passado. O órgão de

controle federal fiscalizou convênios e contratos de 14 universidades públicas brasileiras. Na instituição mineira, o TCU encontrou uma série de irregularidades listadas em R\$ 190 milhões repassados pela UFMG à Fundep, nos últimos dois anos. Entre os problemas detectados estão a falta de licitação para a realização de obras e vestibular, falta de transparência na prestação de contas, pagamentos de bolsas de pesquisa com valores considerados “exorbitantes” e uso de bolsas como manobra para evitar o

pagamento de impostos e contribuição previdenciária.

O cerco às Fundações Universitárias, ditas de apoio, vai se fechando. Como denunciado há anos pelo Movimento Docente, essas fundações são um simulacro de privatização e um desrespeito às leis que regem as instituições públicas. Quem delas se beneficia, melhor seria que trabalhasse para a plenificação da Universidade Pública, com benefícios transferidos de alguns para todos. A farra vai acabar.
Fonte - ANDES-SN